

Elementos da formação histórica do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (Sintep/PB)

*Hélvia Leite Cruz**

RESUMO

Este estudo apresenta alguns elementos para reconstruir a formação histórica do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba – Sintep/PB, tomando como base a organização dessa instituição desde a época de Associação de Magistério até os dias atuais, como sindicato de base diversificada, abrangente e empoderada. Faz parte de um projeto maior coordenado pelo Professor Sadi Dal Rosso, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB), cujo objetivo, como um grande mosaico, é o de construir o panorama geral do sindicalismo em educação no Brasil, reunindo a trajetória de sindicatos de educação básica de alguns estados.

Portanto, este estudo resulta da análise de documentos do Sintep/PB, como estatutos, nominatas de direções, registros históricos contidos em livros, bem como – e principalmente – de depoimentos dados por seus antigos dirigentes. O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba – Sintep/PB nasce na década de 1970, como Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba – Ampep. Nasce por iniciativa de um professor que percebeu, na ausência de outra entidade, a necessidade de organização do magistério em busca de conquistas para a categoria. Porém, em sua origem, a Ampep constituiu-se como assistencialista, não representando espaço de luta. Foram necessárias ações contundentes, muita organização, participação, luta e resistência dos associados para transformar a Ampep em espaço de mobilização, combatividade e, conseqüentemente, no sindicato que é hoje.

Atualmente, o Sintep/PB atua em todo o estado por meio de sua representação em 14 regionais. Possui cerca de 8.000 sindicalizados e sua abrangência vai de professores da educação bá-

* E-mail: hellcruz@unb.br.

sica do estado, a funcionários, auxiliares de educação, especialistas e técnicos. Presta assessoria jurídica aos seus filiados, assim como possui hospedagem na capital e em outros municípios. Realiza anualmente campanhas salariais, organiza congressos, conferências, cursos de formação sindical, além de realizar eventos festivos e de confraternização, mas, se caracteriza em todo estado, por se constituir como reconhecido espaço de luta e representação. Atua em conformidade com a luta nacional, seguindo as orientações da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Palavras chave: Associativismo; Sindicalismo; Sindicalismo em educação; Educação; Novo sindicalismo.

AS ORIGENS E O CONTEXTO

A Universidade de Brasília (UnB), por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas do Trabalho, (Gepet), coordenado pelo Professor Sadi Dal Rosso e situado no Instituto de Ciências Sociais (ICS), conduz um projeto que pretende reunir dados históricos da formação de sindicatos em educação básica de diversos estados do Brasil. Este estudo se insere neste projeto, com contribuição específica sobre o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (Sintep/PB).

Entender como esse sindicato se origina, as transformações pelas quais passou e no que se constitui hoje é o objetivo deste trabalho. Durante o mês de dezembro de 2012 foram reunidos dados em sua sede, onde foi possível conviver com os sindicalistas e realizar entrevistas que resultaram neste artigo. Este trabalho não pretende ser um estudo conclusivo, uma vez que os elementos apresentados serão aprofundados em publicação futura, mas, procura trazer uma ideia de como este sindicato nasce, se organiza e se constitui na referência da luta dos trabalhadores e trabalhadoras em educação do estado da Paraíba.

Essa organização nasce com a criação de uma associação e acontece a partir de 1974, como Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (Ampep). Nesse período, a associação agrega

[...] do professor indo até ao administrador escolar. Ainda engloba desde o professor licenciado (ou com curso pedagógico) e mais os que fazem parte do quadro suplementar, os chamados regentes de ensino, além de poder ser sócio da Ampep professor da rede municipal (Vieira, 1986: 15).

Nenhum dado no sindicato registra a existência de organização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação no estado da Paraíba anterior à Ampep. Os relatos dos professores sindicalistas sinalizam para uma organização dos servidores públicos do estado em uma associação mútua, a Associação dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba (Aspep). Nessa associação, instituída 30 anos antes da Ampep, os professores se associavam como funcionários

públicos. Esta associação não se caracteriza como entidade de classe específica e existe até os dias atuais.

Mas, porque os trabalhadores e as trabalhadoras em educação se organizavam em associações e não em sindicatos? Por que essas associações, em suas origens, são assistencialistas e beneficentes, como já demonstram alguns estudos sobre o tema (Cruz, 2008; Reses, 2008). Para entender essas questões é necessário voltar um pouco na história.

O ano de 1930 é um marco no sindicalismo do Brasil. Grande parte da literatura sobre sindicatos e sindicalismo brasileiro se concentra nessa fase histórica (Rodrigues, 1968; Matos, 2003). O governo de então, com a ascensão de Getúlio Vargas, tenta trazer para dentro do Estado os sindicatos, iniciando assim um controle sobre essas entidades. Para tal, cria o Ministério do Trabalho; promulga a Lei Sindical, em 1931 e, com isso, lança as orientações para o sindicalismo no país. Concebe os sindicatos como colaboradores do Estado, como se não existisse luta de classes, e impõe restrições ao movimento sindical. O Decreto n. 19.770, de 19 de março de 1931, que regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências vai, entre outras coisas, negar ao funcionalismo público o direito de sindicalização.

Parágrafo único. Não entraram na classe de empregados: *a.* os empregados ou funcionários públicos, para os quais, em virtude da natureza de suas funções, subordinadas a princípios de hierarquia administrativa, decretará o governo um estatuto legal.

O período do Estado Novo, que se caracteriza pela centralização do poder, vai de 1937 a 1945. A partir daí, cresce o movimento sindical cooptado, implanta-se o “peleguismo” e os sindicatos que comungam com o Estado Novo são referenciados durante os 15 anos de ditadura Vargas. Os sindicatos para serem reconhecidos precisam ser aprovados pela Comissão de Enquadramento Sindical, ligada ao Ministério do Trabalho. Cria-se o imposto sindical, que é o recolhimento de um dia de trabalho por ano dos operários à sua revelia e cujas aplicações também não passam por decisão da base dos trabalhadores. Segundo Antunes (1985), o recolhimento desse imposto cria as condições para que os sindicatos deixem de ser combativos e passem a ser assistencialistas, assumindo uma função que deveria ser do Estado. Nesse período a organização sindical existente passa a ser verticalizada e tutelada pelo Estado.

Autores categorizam o sindicalismo no Brasil procurando estabelecer periodização, como por exemplo, José Albertino Rodrigues (1968: 6), que apresenta as seguintes fases do movimento sindical operário: 1. período mutualista (antes de 1888); 2. período de resistência (1888-1919); 3. período de ajustamento (1919-1934); 4. período de controle (1934-1945); 5. período competitivo (1945-1964). Estudos e teses demonstram que o sindicalismo docente é tardio em relação ao sindicalismo operário no Brasil (Dal Rosso e Lúcio, 2004; Cruz, 2008; Reses, 2008).

Mesmo em tempos de aparecimento e consolidação diferentes do sindicalismo operário, verifica-se que as associações/sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras em educação possuem, na minha avaliação, pelo menos duas características marcantes que definem predominância em períodos diferentes, e que podem assim ser categorizados: 1. período assistencialista; 2. período do Novo Sindicalismo.

O período assistencialista assume características próprias conforme as associações/sindicatos vão se constituindo. Alguns sindicatos ofereciam e ainda oferecem aos seus associados assistência com caráter jurídico, assistência médica, dentária, exames médicos e alojamentos. Outros oferecem lazer em balneários, excursões, corais etc. Cuidados com a higiene e com a beleza pessoal, disponibilizando em suas sedes salão de beleza, barbearia, manicure, serviços de massagens, entre outros, além de uma grande diversidade de cursos para aposentados. Muitos sindicalistas de associações/sindicatos em educação procuram ignorar essa fase, como se essas instituições marcassem suas origens a partir da influência do Novo Sindicalismo. Ter sido apenas assistencialista é uma mácula que a maioria dos sindicalistas militantes procuram esquecer nos seus sindicatos.

No período do Novo Sindicalismo, essas associações/sindicatos tornam-se combativas, classistas e de luta. Mangabeira (1993: 15), define o novo sindicalismo em oposição ao sindicalismo populista e burocrático e para tal, organiza três conjuntos de proposições, com suas características:

1. *Combatividade* – por sua tendência a recorrer mais a greves; pelas formas de luta escolhida; pelo uso político dos canais legais existentes; por introduzir temas que contestam a organização da produção.
2. *Representatividade* – são mais representativos porque admitem novos protagonistas como líderes; admitem e estimulam a representação nos locais de trabalho; procuram expandir as bases de participação por meio da organização de campanhas de sindicalização; admitem eleições sindicais sistemáticas realizadas em condições de maior liberdade e competição.
3. *Novo Sindicalismo* – que não representa apenas uma tendência sindical, mas a arena de lutas em defesa de direitos sociais e políticos; questiona os próprios limites do Estado corporativista, criando oportunidade de cidadania operária. Enfim, um sindicalismo que tenta aliar lutas corporativas com movimentos de transformação da sociedade.

Mattos (2003: 65) lembra que o “Novo” Sindicalismo, por ter surgido no contexto da ditadura militar de 1964, desenvolveu formas diferenciadas de luta e enfrentamentos. “Os métodos também foram diversificados. Greves com ocupação, greves ‘pipoca’, operações ‘padrão’, ‘vaca brava’ e ‘tartaruga’ foram algumas das novas formas de paralisação que surgiram no período”. Mangabeira (1993: 199) conclui em seus estudos sobre o Novo Sindicalismo que, “o

sindicato, no ‘Novo Sindicalismo’, rompeu com o antigo formato burocrático que predominou nas organizações de trabalhadores no país, ainda que não possa considerá-lo completamente democrático”. Embora, sua pesquisa esteja circunscrita ao sindicalismo exercido pelos trabalhadores de Volta Redonda, essa autora oferece uma análise profunda e crítica do que foi o Novo Sindicalismo no Brasil.

A maioria das associações/sindicatos conviveram e/ou convivem com essa duplicidade, ou seja, ser mais combativo ou mais prestador de serviços aos seus associados/sindicalizados? No Sintep/PB essa história não foi diferente.

Em um contexto de ditadura militar de convívio com um regime centralizado e coercitivo, a atuação das associações/sindicatos só podiam ser burocratizadas. A manutenção da ordem política e social passa a ser a tônica, diante das ameaças do comunismo no país. A configuração sócio-histórica transforma-se. O país é aberto ao monopólio do capital internacional e os direitos do povo passam a segundo plano.

Nesse período os professores e as professoras ainda ensaiaram greves e manifestações de rua. Mas, nessa fase da história brasileira, os estudantes foram os protagonistas da luta. A repressão foi-se instaurando por meio dos Atos Institucionais e nenhuma organização contestatória se tornou possível.

Porém, no final da década de 1970, os docentes retomarão suas lutas e essa nova forma de sindicalismo – que se convencionou chamar de “Novo Sindicalismo” – despontou.

Com a reabertura política, em 1986, com a nova ordem social, o país necessitava de atualização, em todos os sentidos, desde a Constituição até legislações específicas para os vários campos sociais. As décadas de 1980 e 1990 foram consideradas por muitos como as décadas perdidas, em termos econômicos, pois não houve, objetivamente, melhoria na distribuição de renda, nem na qualidade de vida dos brasileiros, mesmo assim essas décadas possibilitaram a reorganização do país.

FUNDAÇÃO DO SINTEP/PB

Quando se busca levantar a história do Sintep/PB, a tendência dos registros escritos, mas, principalmente, dos registros na memória dos professores que vivenciaram as origens desse sindicato, é de focar nos fatos que contribuíram para transformar o sindicato assistencialista – à época uma associação – em um sindicato de luta e combatividade. Esta tendência, como já citada anteriormente, não é privilégio dos estudos sobre o Sintep/PB, mas, já verificado em estudos sobre outros sindicatos (Cruz, 2008, Reses, 2008).

O Sintep/PB, assim como os outros sindicatos de funcionalismo públicos no Brasil, nasce como associação, conforme legislação referenciada anteriormente. No caso, a Ampep, datada 10 de março de 1974, surge como iniciativa de um professor, o irmão marista, Pedro Augusto

Porto Caminha. Surge como tentativa de unir os professores em torno do fortalecimento do campo educacional e, conseqüentemente, da ampliação das conquistas para o magistério.

Antes da Ampep, os professores participavam de outra associação, a Associação dos Servidores Públicos no Estado da Paraíba (Aspep), instituição de caráter mútuo, beneficente e assistencialista. Era uma associação direcionada aos servidores públicos de modo geral, portanto não se voltava a nenhum campo específico de profissionais ou de determinada categoria. A Aspep existe ainda hoje em João Pessoa, oferecendo serviços como consultas médicas, salão de beleza e barbearia aos seus associados, de forma aparentemente precária.

Em sua origem, a Ampep respondia por toda a categoria do magistério, incluindo professores da rede municipal. Embora congregasse outros profissionais da educação – como técnicos, administradores educacionais, supervisores de ensino, orientadores educacionais – não contemplava, nas primeiras gestões, os auxiliares de serviço ou de educação – como porteiros, merendeiras, pessoal de limpeza, enfim, os demais trabalhadores e trabalhadoras em educação.

As gestões iniciais das diretorias da Ampep era de dois anos, segundo consta dos registros no “Livro de termo de posse ou renúncia ou outros similares” do sindicato, que possui dados a partir de 1976. O professor Pedro Augusto Porto Caminha ficou na direção até esta data, quando, no dia 19 de março, renuncia ao cargo em prol do vice-presidente, o professor Simão Arruda. Com ele também renuncia a professora Maria da Paz Brito, que se candidataria com o professor Caminha à próxima gestão, nas eleições que iriam acontecer em maio de 1976. Fica claro que a associação, à época, não possuía em seus estatutos definições claras sobre os procedimentos nestes casos. Assim, não se tem outros registros sobre a primeira diretoria da Ampep além de: Presidente: professor Pedro Augusto Porto Caminha; Primeiro Vice-Presidente: professor Simão Arruda; Segunda Secretária: professora Maria da Paz Brito.

Já a segunda gestão – para o biênio 1976-1978 –, definida por eleições gerais, foi empossada em 15 de maio de 1976. Dela faziam parte: Presidente: professor Pedro Augusto Porto Caminha; Vice-Presidente: Professora Maria da Paz Brito; Primeira Secretária: professora Vilma Veloso Gouveia; Segunda Secretária: professora Maria Madalena de Araújo; Primeiro Tesoureiro: professor José Pereira de Almeida.

Junto à diretoria, também tomou posse o Conselho Fiscal. Dois membros do conselho não compareceram à posse, assim como o tesoureiro. O fato, segundo consta dos registros, foi comunicado a Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Após consulta a esta confederação, os demais membros foram autorizados a tomar posse ou a proceder à renúncia dos cargos. Em seguida, tomaram posse, mas, não há registros sobre o motivo deste acontecimento.

Reconduzido à presidência da Ampep, o professor Caminha ficaria no cargo até o seu falecimento. A partir daí toma posse a vice-presidente, professora Maria da Paz Brito. Segundo depoimentos dos professores, esse período deu continuidade ao imobilismo e a ao assisten-

cialismo possível, uma vez que a Ampep funcionava de forma precária. Vieira (1986: 18) afirma que nesse período a Ampep continuava sem luta política e sem patrimônio.

Ainda no biênio 1978-1980, a diretoria eleita representava a continuidade das primeiras gestões. Desta diretoria fizeram parte: Presidente: professor José Pereira de Almeida; Vice-Presidente: professora Emília Longo da Silva Fernandes; Segunda Vice-Presidente: professora Dione Gomes de Assis; Primeiro Secretário: professor Lenildo Correia da Silva; Segunda Secretária: professora Maria Célia de Queiroz Filha; Primeiro Tesoureiro: professor José Fernandes da Silva; Segundo Tesoureiro: professor José Cassemiro. Embora esta seja uma direção mais organizada, com maior participação dos professores, é somente em 1979 que se dará a ruptura na gestão da Ampep. Nesse período acirra-se a insatisfação dos professores e professoras com a gestão da associação.

Os dados objetivos que fomentavam tamanha insatisfação se relacionavam com salários e condições precárias de trabalho. Os professores e as professoras passaram a comparar seus salários com os dos demais docentes de outros estados, passaram a ter informações sobre um novo tipo de sindicalismo e pressionaram a gestão da Ampep. Realizaram então, a primeira greve da categoria. Foram doze dias de greve em 1979. Uma greve vitoriosa e que resultou não apenas em conquista salarial, mas, principalmente, em organização dos docentes para dar continuidade à luta. A exemplo disto, organizaram o Centro de Estudos e Debates sobre os Problemas Educacionais (Cedepe), criado em assembleia geral da categoria. Esse centro passa a se constituir como força de oposição.

As assembleias gerais, as mobilizações passam a dar visibilidade às novas lideranças e suas novas concepções de sindicato e de luta.

A reação ao novo sindicalismo e à tomada da associação para transformá-la de assistencialista em entidade de caráter sindical com características de luta, de busca pelas necessidades de melhoria da categoria e da educação em geral, além de desmistificar a separação contida no magistério de que não seria ele classe trabalhadora, veio de todos os setores reacionários do estado a começar pelo setor atrasado que acompanhava o pensamento da diretoria que estava por si só fadada à autodestruição (Vieira, 1986: 24).

Nesse período surgem grandes embates no interior da associação. Um fato marcante ocorreu durante a greve de 1979: a diretoria é chamada pelo governo para negociar o fim do movimento. O professor José Pereira de Almeida e alguns membros de sua gestão atendem ao chamado, ignorando o comando de greve e suas bases. Esta situação incomoda a maioria da categoria. Em assembleia, os docentes destituem essa direção, cujo mandato ficou circunscrito aos anos de 1978-1979. Enquanto não se providenciavam novas eleições, um colegiado assume interinamente a direção da Ampep.

Alguns professores, descontentes com as novas lideranças e com as novas tendências da base da Ampep e liderados pelo professor Lenildo Correia da Silva, ex- secretário da associa-

ção, resolvem criar uma nova associação. Em 22 de junho de 1982m criam a Associação dos Professores de Licenciatura Plena do Estado da Paraíba (APLP/PB), que, de certo modo, provocaria uma divisão da categoria nas próximas lutas. Esta associação tem sede e foro em João Pessoa, além de algumas regionais pelo estado. Segundo seus estatutos, tem a associação por finalidades defender os interesses da classe e de seus associados, perante órgãos administrativos públicos em geral e o Poder Judiciário, colaborar com o sistema de ensino e lutar pelo aprimoramento do mesmo, no interesse da educação, entre outras. Esta associação existe até o presente momento e atua de forma, predominantemente, assistencialista.

No tocante à Ampep, os registros demonstram que a partir de sua quarta gestão, ou seja, do biênio 1980-1982, a oposição assume o controle. Faz parte dessa direção, Presidente: professor José Edilson de Amorim; Vice-Presidente: professor Agamenon Vieira da Silva; Segunda Vice-Presidente: professora Maria Margarida de Lima; Primeiro Secretário: professor Manoel Amaro Vieira; Segundo Secretário: professor Osmar Apolinário do Nascimento; Primeiro Tesoureiro: professor João Lucena Montenegro; Segundo Tesoureiro: professora Anita Garibaldi Machado Leite.

É nessa gestão que os enfrentamentos com o governo estadual são mais fortes. Em 1981, o governo deixa de descontar a contribuição dos associados à Ampep no contracheque dos docentes. A associação se vê fadada a viver sem os recursos financeiros que historicamente lhe eram repassados. Também é dessa fase que a direção sofre maiores repressões por ser considerada radical e até sectária. Contudo os docentes se mobilizam e em 1982, nos dias 13, 14 e 15 de outubro, no Liceu Paraibano, referência em escola pública de João Pessoa, acontece o I Congresso Estadual do Magistério Paraibano. Época de muitas lutas, de avanços e dificuldades.

Na quinta gestão, a diretoria eleita já conta com a representação das diretorias regionais, ampliando assim as bases da associação por nove municípios. Na sexta gestão, são escolhidos para formar a diretoria, além dos cargos citados anteriormente, alguns diretores que administrarão três diretorias, quais sejam: diretoria para assuntos educacionais; assuntos culturais e de esportes. Na sétima gestão, é acrescentada a diretoria sindical. Crescem para o número de dez as diretorias regionais, ampliando as representações dos municípios. Observa-se também que, a partir dessa gestão, a direção da associação cuida em registrar as atas de posse das diretorias em cartório, demonstrando maior seriedade e profissionalismo.

É a partir da gestão 1990-1993, portanto na nona gestão da Ampep, que esta se transforma em Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba – Sintep/PB, de acordo com o estatuto de 6 de junho de 1990. No livro de registro do sindicato, essa passa a ser considerada a primeira gestão. Muitas mudanças normativas e estruturais acontecerão a partir de então. O mandato da diretoria passa a ser de três anos; a eleição é organizada por comissão eleitoral, os funcionários ou auxiliares de educação passam a fazer parte do sindicato e a dire-

ção é composta de oito secretarias, ampliadas pelos delegados sindicais, que correspondem aos antigos representantes das diretorias regionais.

Compõem o sindicato as secretarias de organização; de administração; de formação; sindical; de assuntos educacionais; social e cultural; de comunicação; e de finanças. No triênio 1993-1996, já são doze as diretorias regionais que apresentam delegados durante as eleições, com seus respectivos suplentes. Na gestão 1996-1999 também são eleitos suplentes para os cargos das secretarias, denominada como “direção” nas atas consultadas. É na gestão para o triênio 2008-2011 que as secretarias sofrem modificações. Acontece a fusão da secretaria de assuntos educacionais com a cultural e social e uma nova secretaria é criada, a secretaria de gênero e etnia.

Um fato que chama atenção: a presença feminina em todas as gestões do Sintep/PB. Essa presença acontece desde a época da Ampep e prossegue até hoje, no sindicato. Pode-se considerar como determinante o grande número de mulheres no estado ou a feminização da profissão do magistério, mas, também, há de se reconhecer a participação combativa das mulheres paraibanas em suas entidades de classe.

No VII Congresso Estadual do Magistério Paraibano, realizado em João Pessoa, nos dias 18, 19 e 20 de outubro de 2007, o sindicato passa a denominar-se Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba. E tem por princípio, segundo seu estatuto, a democracia em todos os seus organismos e instâncias, a garantia de liberdade de expressão das correntes internas de opinião e a defesa da autonomia e independência sindical frente ao governo e aos poderes públicos.

Passa a ser constituído por todos os trabalhadores e trabalhadoras em educação do ensino básico da rede estadual, representando-os com respeito as diferentes convicções políticas, ideológicas, tendo como tarefa avançar na unidade dos trabalhadores em educação da Paraíba e da classe trabalhadora em geral, lutando por sua independência econômica, política e organizativa. A gestão seguinte, passa a ser de quatro anos, portanto, 2011-2015.

O SINTEP/PB HOJE E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O Sintep/PB está constituído por uma direção colegiada composta por oito secretarias, quatorze diretorias regionais, localizadas nos seguintes municípios: João Pessoa, Guarabira, Campina Grande, Cuité, Monteiro, Patos, Itaporanga, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Princesa Isabel, Itabaiana e mais as regionais de Mamanguape e Pombal, que foram criadas em 2012.

Tem por finalidade, conforme estatuto em vigor, promover a união e a integração dos trabalhadores e trabalhadoras em educação da Paraíba e garantir sua independência de classe com relação ao empregador, ao governo, aos partidos políticos e aos credos religiosos; defen-

der técnica e juridicamente os direitos profissionais e reivindicatórios de interesse dos seus representados; representar coletiva e individualmente seus associados em instância judicial e extrajudicial, sendo desnecessário, a partir da filiação ao sindicato, autorização expressa a este para pleitear, em nome do filiado e como seu substituto, qualquer direito que lhe pertença. Enfim, essas finalidades garantem a representação da categoria.

Chama a atenção algumas finalidades expressas no estatuto, como estabelecer relações com as demais organizações sindicais e populares para concretização da solidariedade social e da defesa dos interesses da classe trabalhadora; participar da luta pela construção de uma sociedade socialista; lutar pela defesa das liberdades, individuais, coletivas, da ecologia, da mulher, do negro e do índio, pelo respeito a justiça social, enfim, pelos direitos sociais do ser humano. Essas finalidades tem caráter ideológico, um fim definido e coloca o sindicato no campo de luta constante. Expressam um conceito de sindicato e de luta sindical. Referendam a ideia de um sindicato não apenas prestador de serviços, mas, essencialmente comprometido com a emancipação da sociedade, a transformação social. Ainda hoje, as premissas do novo sindicalismo orientam as ações do Sintep/PB.

E é do berço do “Novo Sindicalismo” que surge no cenário nacional a liderança política institucional do país que temos hoje. É desse berço de luta que se constituiu o Sintep/PB. Ao observar a história de vida das lideranças sindicais, podemos identificar traços comuns, como: a luta contra a ditadura militar instaurada em 1964 (muitas vezes, ainda na condição de estudantes); a luta em movimentos populares; a luta pela transformação das entidades associativas/sindicais em sindicatos combativos; a defesa da educação e a luta pela transformação da sociedade. Essa geração deixa uma certa apreensão, quando se pensa, como será a geração vindoura de sindicalistas que não viveram esses acontecimentos? Como serão os sindicatos nos próximos tempos?

Ao analisar os sindicatos na atualidade, observa-se que estes tem atuado mais na defesa dos direitos sociais conquistados nesse percurso de luta sindical do que, exatamente, na conquista de novos direitos. Esse fenômeno tem se revelado mundialmente diante das atuais políticas neoliberais que favorecem a privatização da educação. Nesse sentido, como será o Sintep/PB nos próximos anos? Como conviverá com as associações/sindicatos que existem hoje na Paraíba, a exemplo da Associação dos Professores de Licenciatura Plena do Estado da Paraíba (APLP); do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Município de João Pessoa (Sintetem); do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado da Paraíba (Sintetep) e do Sindicato dos Trabalhadores Federais da Educação Básica e Tecnológica da Paraíba (Sintefpb)? Como o sindicato continuará mobilizando seus trabalhadores e trabalhadoras em um contexto tão fragmentado e por que não dizer, em que os sindicatos se encontram em crise?!

A história do Sintep/PB está relacionada à criação da CUT e do Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente. Isso se torna preponderante na maioria das falas dos professores que

fundaram o Sintep/PB e hoje são considerados históricos no Sindicato. Além disso, constata-se que alguns de seus diretores também ocuparam e ocupam cargos nas diretorias dessas entidades. Como conviverá o Sintep/PB enquanto o limite entre sindicato e governo, hoje, é tênue?

Assim, como o parâmetro adotado neste estudo, foi o chamado Novo Sindicalismo, vale a pena conhecer o que pensa Soares (2006). Para este autor, o Novo Sindicalismo é considerado um sindicalismo conflitivo, de contestação, e foi prática comum na década de 1980. Contudo, ao apresentar seus estudos sobre o sindicalismo no ABC paulista, tendo como foco a reestruturação produtiva e as parcerias, Soares (2006: 402) faz a crítica ao Novo Sindicalismo.

No âmbito de nossa pesquisa, procuramos situar as mudanças no mundo do trabalho como elementos constitutivos das contra tendências impostas pelas classes dominantes e pela chamada “nova (des)ordem mundial”. No plano geral, nossa análise vai no sentido de desmistificar as tendências à concertação social e as práticas corporativas e defensivas, existentes no movimento sindical brasileiro. Com destaque para o chamado “novo” sindicalismo cutista, que acabou não conseguindo romper as amarras da velha estrutura sindical oficial, reforçando-a, em alguns casos, com a manutenção das taxas assistenciais, imposto sindical, criação de federações, confederações e departamentos etc. Ou seja, mesmo o “novo” sindicalismo não foi capaz de avançar sob uma perspectiva transformadora, no sentido de construir uma nova estrutura sindical, autônoma e independente do Estado burguês, autossustentada pelos trabalhadores e seus organismos de base, organizações por local de trabalho, CFs, Comissões de empresas, Cipas etc...

Soares faz referência ao Novo Sindicalismo cutista. Essas críticas, que cada vez mais se referem à postura da CUT nos momentos atuais, nos dão, entretanto, uma visão do que foi essa forma de prática sindical.

Contudo, o novo sindicalismo, nascido em meados da década de 1970 e que se estendeu à década de 1980, ou seja, no seu momento original, difere dos rumos que, principalmente nos últimos anos, as centrais sindicais têm tomado, especialmente no governo Lula. Essa é uma questão que merece ser aprofundada. O fato é que não se pode negar o caráter revolucionário nas ações do Novo Sindicalismo nesse período. Segundo avaliação de professores e professoras esse modelo sindical colocou várias associações/sindicatos rumo ao sindicalismo de massas.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CRUZ, Hélvia Leite. *Condições de construção histórica do sindicalismo docente da educação básica*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais Trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

- DAL ROSSO, Sadi; LÚCIO, Magda. O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil. *Universidade e Sociedade*. Ano XIV, n. 33. Brasília: jun. 2004, p. 115-125.
- GINDIN, Julián José. Sindicalismo docente e Estado – as práticas sindicais do magistério no México, Brasil e Argentina. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do Novo Sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume Dumará e Anpocs, 1993.
- MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto e Faperj, 2004.
- . *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- . *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- RÊSES, Erlando da Silva. *De vocação para profissão: Organização sindical docente e identidade social do professor*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- SOARES, José de Lima. *Sindicalismo no ABC: reestruturação produtiva e parceria*. Brasília: Universa, 2006.
- VIEIRA, Agamenon. *Os caminhos da construção: movimento sindical e organização política dos trabalhadores na Paraíba*. João Pessoa: Colina da Primavera Editora, 1986.

